

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

JOSÉ DÁCIO SANTOS OLIVEIRA

A CAUSALIDADE NO MUNDO FÍSICO EM ARISTÓTELES

ANÁPOLIS - GO

2020

JOSÉ DÁCIO SANTOS OLIVEIRA

A CAUSALIDADE NO MUNDO FÍSICO EM ARISTÓTELES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Tobias Dias Goulão.

ANÁPOLIS - GO

2020

## **DEDICO**

A Dom Valério Breda, meu Bispo (*in memoriam*) que sempre contribuiu com suas sábias palavras para minha formação sacerdotal e tanto confiou no meu Sacerdócio.

## AGRADECIMENTOS

De antemão, agradeço a Deus pelo dom maravilhoso que recebi Dele: a vida. Agradeço-Lhe profundamente pelos meus pais João José de Oliveira e Maria de Lourdes Santos e a todos os meus familiares os quais me incentivam a seguir nos caminhos de Deus, mesmo diante dos momentos difíceis da vida.

Agradeço a todos os meus amigos que sempre estão presentes na minha vida mesmo que estejamos fisicamente separados.

Agradeço ao Reverendíssimo Monsenhor José Theisen (*in memoriam*), por ajudar-me no meu processo de Discernimento Vocacional.

Agradeço na pessoa do meu pároco o Reverendíssimo Pe. Benedito, à paróquia Nossa Senhora da Conceição e especialmente à minha comunidade de origem: Povoado Serrote Grande. Obrigado, estimados irmãos e amigos! Obrigado pelos momentos que vivenciamos juntos, pelas lágrimas que derramamos, pelas vitórias e derrotas!

Agradeço a professora Verinha, minha primeira professora do pré-escolar.

Grato a todos os meus professores por toda formação que eu recebi até a conclusão da filosofia. Ao professor Andrei Venturini, muito obrigado pelo incentivo aos estudos!

Grato a todos que formam o Seminário Maria Mater Ecclesiae do Brasil em Itapecerica da Serra -SP, por toda formação filosófica que recebi.

Grato a todos que formam a Faculdade Católica de Anápolis pelo reconhecimento do Curso de Filosofia, especialmente ao meu orientador Prof. Ms. Tobias Dias Goulão.

Agradeço a Sua Excelência Reverendíssima Dom Henrique (*in memoriam*) meu grande Pai Espiritual pela ajuda no meu processo de discernimento vocacional.

Agradeço a Maria Monteiro de Melo (*in memoriam*) foi através desta serva de Deus que comecei a frequentar minha paróquia e participar do grupo dos coroinhas.

Agradeço ao Reginaldo Dullys, grande servo de Deus pela oração e amizade.

Agradeço ao meu pai espiritual, o Reverendíssimo Pe. Thiago Henrique Soares por toda paciência que ele tem para comigo. A todos vós muito obrigado! Vós sois a motivação aos meus estudos!

Enfim, agradeço a Virgem Maria, minha querida mãe, que sempre está presente na minha vida.

Obrigado, Senhor, por tudo!

*Domine, in manus tuas commendo vitam meam!*

(Senhor, em tuas mãos eu entrego a minha vida!).

“Além disso, quem conhece as causas com mais exatidão, e é capaz de ensinar, é considerado em qualquer espécie de ciência como mais filósofo.” (Aristóteles, *Metafísica*).

## RESUMO

Neste trabalho procuraremos corroborar a hipótese geral que sustentamos, a saber, que a existência da causalidade no mundo físico é uma verdade evidente, que não se submete à experiência sensível (*per se nota*), todavia, a imperfeição de nosso intelecto impede esgotar sua inteligibilidade. Aristóteles em sua obra - metafísica - diz que para nós conhecermos qualquer coisa devemos primeiramente fazer uso das causas (que sempre estiveram presentes no pensamento dos pré-socráticos); porque sem estas não se pode conhecer nada. Além disso, é próprio do intelecto humano conhecer a essência das coisas. Dessa forma, elas explicam as transformações que são realizadas nos seres, visto que estes são contingentes, não são causas de si mesmos. Assim, precisa de um agente externo ao ente para ser responsável pelas modificações deste; logo existir em virtude de outro é ter nele a sua causa. Além disso, explicaremos que não existe um caos, uma desordem no cosmos, mas pelo contrário, há uma ordem que o rege. É neste prisma que queremos afirmar e defender a causalidade contra o empirismo, sobretudo, do empirista David Hume o qual reduz todo conhecimento à experiência. Ele diz que os fenômenos de causas e efeitos são algo subjetivo, fruto de hábitos derivados da experiência. Perceberemos também que a ciência ao negar a causalidade está negando a si mesma, pois o conhecimento científico trabalha com o pressuposto que existem causas para tudo.

**Palavras-chave:** Aristóteles. Causalidade. Cosmos. Empirismo. Hume.

## ABSTRACT

En este trabajo buscaremos corroborar la hipótesis general que sostenemos, a saber, que la existencia de la causalidad en el mundo físico es una verdad evidente, que no se somete a la experiencia sensible (*per se nota*), sin embargo, la imperfección de nuestro intelecto impide agotar su inteligibilidad. Aristóteles en su obra - *Metafísica* - dice que, para que conozcamos cualquier cosa, debemos primeramente hacer uso de las causas (que siempre estuvieran presentes en el pensamiento de los presocráticos); porque sin éstas no se puede conocer nada. Además, es propio del intelecto humano conocer la esencia de las cosas. De esa forma, ellas explican las transformaciones que son realizadas en los seres, puesto que estos son contingentes, no son causas de sí mismos. Así, necesita de un agente externo al ente para ser responsable por su modificación; luego, existir en virtud de otro es tener en él su causa. Además, explicaremos que no existe un caos, un desorden en el cosmos, pero por el contrario, hay un orden que lo rige. Es en este prisma que queremos afirmar y defender la causalidad contra el empirismo, sobre todo, del empirista David Hume, el cual reduce todo el conocimiento a la experiencia. Él dice que los fenómenos de causas y efectos son algo subjetivo, fruto de hábitos derivados de la experiencia. Percibiremos también que la ciencia al negar a causalidad está negando a sí misma, pues el conocimiento científico trabaja con el presupuesto que existen causas para todo.

**Palabras-llave:** Aristóteles. Causalidad. Cosmos. Empirismo. Hume.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 A NOÇÃO DE CAUSA PARA OS PRÉ-SOCRÁTICOS.....</b>	<b>10</b>
2.1 O CONCEITO DE CAUSA EM ARISTÓTELES .....	13
2.2 O SISTEMA DAS QUATRO CAUSAS.....	14
<b>3 A NEGAÇÃO DA CAUSALIDADE EM HUME .....</b>	<b>20</b>
<b>4 CRÍTICA A DAVID HUME.....</b>	<b>24</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se a um estudo sobre a causalidade no mundo físico em Aristóteles que deixou um vasto conhecimento acerca da realidade das coisas. Trata-se de defender a causalidade, contrapondo David Hume o qual faz parte de uma corrente filosófica denominada empirismo, que reduz todo conhecimento à mera experiência sensível.

E para não somente defendê-la, mas afirmá-la, teremos como nosso objeto de estudo duas principais obras de Aristóteles: Física e Metafísica. Nestas ele explica claramente que o homem só pode conhecer as coisas por meio das causas, sem estas não se pode conhecer nada. Deste modo, elas são as condições, a priori para a inteligibilidade, portanto, “é preciso adquirir a ciência das causas primeiras. Com efeito, dizemos conhecer algo quando pensamos conhecer a causa primeira.” (ARISTÓTELES, 2002, p. 15).

Logo, o conceito de causalidade faz-se necessário para explicar a existência dos entes, visto que estes não têm em si mesmos a sua razão de ser, ou seja, nenhum deles é causa de si mesmo.

No entanto, algumas questões a serem discutidas podem ser levantadas:

- a) Existe, de fato, a causalidade no mundo físico? Se existe como podemos demonstrá-la?
- b) Seria a causalidade uma quimera ou algo subjetivo, fruto de hábitos e sucessões de fenômenos desprovidos de caráter racional presentes na mente? Se não for isso, o que seria então?
- c) Para conhecer qualquer ente necessita de ter conhecimento das causas?
- d) Todas as coisas têm todas as causas? Pode algo ter mais de uma causa?

Tais questões nortearão a nossa pesquisa e algumas hipóteses que levantaremos. Na hipótese geral do trabalho, sustentamos que a existência da causalidade no mundo físico é uma verdade evidente, que não se submete a experiência sensível (*per se nota*), todavia, a imperfeição de nosso intelecto impede esgotar sua inteligibilidade.

E para corroborar tal hipótese, sublinhamos em cada capítulo uma hipótese específica, que nos auxiliarão, a saber:

No primeiro capítulo, afirmamos que para conhecer qualquer ente, devemos, a priori, fazer uso das causas, conhecê-las, visto que só conhecemos uma determinada coisa quando atingimos sua primeira causa. Neste capítulo, faremos uma breve alusão ao pensamento de alguns filósofos pré-socráticos.

Notaremos, também o modo como eles concebiam a causalidade. Isto é importante porque a ideia de causa, de um princípio gerador de todas as coisas não surgiu propriamente com Aristóteles, mas com esses primeiros filósofos os quais procuravam uma *physis* eterna que fosse o fundamento responsável pela existência das coisas. Depois apresentaremos o pensamento de Aristóteles referente a ela; onde abordaremos as quatro causas, analisando-as e explicando-as.

No segundo capítulo, explicaremos que o homem tem uma inteligência que é intrinsecamente independente da matéria, e por meio da abstração, ele é capaz de formular conceitos universais e, por isso, não se pode reduzi-la à experiência sensível. Veremos que para o empirismo a causalidade é desprovida de caráter racional, e para Hume, ela não passa de uma pura imaginação projetada pela mente devido aos costumes.

No terceiro e último capítulo, afirmamos que nada é causa de si mesmo e o que não existia e passou a existir teve uma causa, um motivo; ou seja, os entes não explicam sua existência porque eles são contingentes. Neste caso, precisa de um princípio que seja exterior a eles e seja responsável tanto pela sua existência quanto pelas suas modificações.

Criticaremos, conseqüentemente, o pensamento de Hume e reforçaremos a validade do princípio da causalidade. Este é totalmente legítimo, visto que se fundamenta no ser e nossa inteligência só conhece o que é, o que existe.

Veremos que a raiz da inteligibilidade é a imaterialidade. Em outras palavras, quanto mais uma coisa é imaterial, ela é mais cognoscível em si mesma. Sendo assim, o problema encontra-se no nosso intelecto e não na coisa em si mesma.

Além disso, explicaremos que a ciência trabalha com pressupostos que existem causas neste mundo. Ela analisa os fenômenos naturais buscando minuciosamente as respostas ou simplesmente as causas deles para depois formar as leis. Dessa forma, negá-las é negar a própria ciência, sua capacidade de usufruir da natureza.

Enquanto aos intérpretes usaremos: *Joseph De Finance* com a obra *El Conocimiento Del Ser: Tratado de Ontología*, Giovanni Reale com a obra *Filosofia Pagã*; Filippo Selvaggi com a obra *Filosofia do Mundo*, dentre outros.

E ainda, para enriquecer esta pesquisa colocaremos durante o desenvolvimento algumas explicações e questionamentos em nota de rodapé os quais poderão servir como reflexão ao leitor. Ademais, salientamos que os textos originais das obras foram traduzidos pelo autor deste trabalho e que é de sua inteira responsabilidade.

## 2 A NOÇÃO DE CAUSA PARA OS PRÉ- SOCRÁTICOS

Antes de adentrarmos ao conceito propriamente de causa em Aristóteles, faz-nos necessário o entendimento acerca do pensamento de alguns filósofos pré-socráticos<sup>1</sup>, visto que a ideia de causa, de um princípio responsável pela geração das coisas, não foi inventado especificamente por ele. Embora, tenhamos que admitir como disse esse próprio filósofo que uma grande parte desses físicos se deteve somente na causa material: “Os que por primeiro filosofaram, em sua maioria, pensaram que os princípios de todas as coisas fossem exclusivamente matérias.” (ARISTÓTELES. *Metafísica*. I, 983<sup>b</sup>, 10).

Todavia, poderíamos indagar-nos: O que fez com que despertasse no homem o interesse incansável pela busca de uma causa, de um princípio gerador das coisas? De onde lhe vem esse desejo que se perpetua entre todas as civilizações?

Ora, o fato de o homem procurar resolver os problemas do cosmos e, especialmente, o da sua existência é simplesmente porque ele não vive como os animais ou como os seres inanimados. O ser humano é capaz de ensimesmar-se, entrar dentro de si. Ele tem a consciência de sua existência, ou seja, o anseio pelo conhecimento é intrínseco ao homem, faz parte de sua essência questionar-se e questionar as coisas que estão em seu derredor: “Todos os homens, por natureza, tende ao saber.” (Ibid., 980<sup>a</sup>), diz Aristóteles.

Na verdade, não é o homem que se propõe os problemas, estes fazem parte de sua existência a qual é problemática. Somente ele “sabe que sabe”, e por isso tenta buscar respostas para o mundo e suas transformações.

Foi partindo dessa verdade que a maioria dos filósofos que precedeu Sócrates buscou entender a natureza a partir de uma visão logocêntrica, dando, assim, primazia à razão, e deixando, em certo sentido, as explicações míticas<sup>2</sup>. Dessa forma, cada um deles atribuiu um

---

<sup>1</sup> Os filósofos pré-socráticos podem ser chamados também de físicos, naturalistas ou cosmológicos, porque eles tratavam de questões cosmológicas acerca do mundo, ou seja, a totalidade do real era vista como natureza e como cosmos. Faziam várias indagações sobre a realidade das coisas. Queriam descobrir o princípio fundamental ou originador de todas as coisas (REALE; ANTISERI, 1990).

<sup>2</sup> Quando dizemos que houve uma visão mais logocêntrica não estamos afirmando a ruptura radical com os mitos, pelo contrário, lembremo-nos que estes sempre estiveram presentes na história da filosofia e eles transmitem mensagens verídicas. Parmênides recorrer à poesia da deusa para explicar sua epistemologia (REALE; ANTISERI, 1990). Platão (1949) recorre ao mito da caverna. Todavia, não se trata de qualquer mito, mas de uma realidade que é dotada de racionalidade e não carente de sentidos. Essa visão logocêntrica deve-se ser entendida no sentido de que estes filósofos investigavam minuciosamente a origem das coisas pela razão, esta se torna primordial. Entretanto, isso não significa que os mitos gregos homéricos como, por exemplo, *Ilíada* e *Odisseia* não buscassem compreender a realidade das coisas. Ora, os estudiosos observaram que o poeta não se limitava a narrar apenas fatos, mas pesquisava suas causas e razões. Enfim, aquela mentalidade embora no nível mítico e fantástico despertará na filosofia à busca duma “causa”, dum “princípio”, do porquê último das coisas (REALE; ANTISERI, 1990, p. 15).

elemento como *physis* ou *arché*<sup>3</sup>, sendo esta o fundo perene responsável pela geração das diversidades de seres.

Tales, segundo Jean Bernhardt é o “primeiro a imaginar uma realidade sensível, a água, como o substrato e a força geradora de todas as coisas.” (CHÂTELET; BERNHARDT; AUBENQUE, 1973, p. 27). Ela seria então, essa força renovadora, princípio vital, capaz de atravessar séculos e permanecer intacta. O filósofo percebia através da observação que tudo tinha água a qual era necessária à vida de forma em geral.

Assim, tudo precisa dela: as plantas, os animais, o homem, a natureza em si. Ele analisava ainda que todas as coisas são úmidas e quando uma pessoa morre fica seca. Isso se explica pela ausência desse princípio que é capaz de sustentar toda realidade seja humana ou não.

Entretanto, quando o filósofo diz que tudo veio da água e esta é o princípio originador de todas as coisas presentes no cosmos, ele não estava falando dela do jeito que conhecemos. Pelo contrário, o filósofo estava explicando que tudo veio de um princípio unitário, de uma única realidade ou ainda de uma *physis* na qual a água que bebemos é apenas uma de suas manifestações.

A ideia do filósofo é que esse princípio faz-se presente em tudo e se fosse para expressá-lo visivelmente seria a água, por isso, que ele chegou a dizer que tudo tem uma alma; “todas as coisas estão cheias de deuses.” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 31). Então, a água seria a causa responsável pela existência de todos os seres, sejam estes vivos, ou não. Ela funcionaria como a causa material de todas as coisas, visto que estas são constituídas por ela.

Anaximandro não concorda com o pensamento de Tales. Ele objetava que o princípio de todas as coisas fosse um elemento observável, determinado como, por exemplo: a água, o fogo ou o ar. Pelo contrário, o elemento de onde provêm todas as coisas tem que ser privado de determinação, indeterminado, ilimitado, que em grego significa *apeíron*. Este está além de toda realidade empírica, verificável, ele é imperecível, infinito na duração.

Anaximandro objetando os elementos observáveis dá um salto qualitativo, de fato, ele não só fica na observação - como Tales - mas adota a postura do filósofo: a especulação. François Châtelet ao mencionar Anaximandro disse: “Encontramos nele as qualidades de observador e a audácia especulativa de Tales, do qual ele toma também, para reforçar suas exigências, o sentido da argumentação.” (CHÂTELET; BERNHARDT; AUBENQUE, 1973,

---

<sup>3</sup> O termo *arché* não fora especificamente utilizado por Tales, não pertence a ele. Talvez tenha sido introduzido por Anaximandro (REALE; ANTISERI, 1990). A ideia é como se a *physis* fosse a manifestação visível da *arché* invisível.

p. 27). Porém, Tales não havia proposto a pergunta sobre como e o porquê de as coisas serem derivadas dum princípio, no entanto, Anaximandro a fez.

Já Anaxímenes fica numa posição “intermediária”, concorda com Anaximandro que o elemento único no qual tudo veio dele, é indeterminado; contudo, recusa dizer que essa realidade é oculta e sendo assim, ele a submete ao juízo da experiência. Esta *arché* será o ar infinito que é invisível, ou em outras palavras quase inobservável. Ele segundo Giovanni Reale (1990, p. 34) afirmou: “Exatamente como a nossa alma (ou seja, o princípio que dá vida), que é o ar, se sustenta e se governa, assim também o sopro e o ar abarcam o cosmos inteiro.”

Leucipo e Demócrito - fundadores do atomismo lógico - propuseram como origem de todas as coisas os átomos. Estes seriam as partículas incansáveis, indivisíveis, infinitas em número e configuração. Eles adotaram a ideia de que os átomos são o princípio originador de tudo, e que as coisas se originam mediante o choque entre os átomos no vazio, porém, não há uma causa final, uma ordem, um projeto:

Mas isso não quer dizer que eles não atribuem causas ao nascer do mundo [...], mas sim que não estabelece uma causa inteligente, uma causa final. A ordem (o cosmos) é feito de um encontro mecânico entre os átomos não projetados e não produzidos por uma Inteligência. (Ibid. p. 68).

Portanto, percebe-se que essa concepção é materialista, mecanicista na qual algo é feito sem ordem, sem uma mente organizadora, mas simplesmente fruto do acaso, algo fortuito. Resta-nos então questionar: Como pode algo ser feito sem uma Inteligência que a pensou? Decerto é ilógico admitir que alguma coisa venha vir a ser sem intervenção de uma Inteligência, de um princípio que a organizou e que ela não tenha uma finalidade.

Por isso, Aristóteles reconheceu que quem acreditou que o cosmos não é fruto do acaso, mas de uma intervenção, ou seja, de uma Inteligência Ordenadora pareceu ser o único filósofo sensato diante dos discursos vãos de filósofos que o precederam. Ele atribuiu ao filósofo Anaxágoras esse pensamento pelo fato deste ter exposto essas noções (ARISTÓTELES. *Metafísica*. I, 984<sup>b</sup>, 15).

Com exatidão, não concebe que do acaso provenha ordem e os que discordam se contradizem, pois, no cosmos não reina a desordem, mas ao contrário, há uma ordem fundada no valor ontológico das leis. Estas regem todo o universo.

## 2.1 O CONCEITO DE CAUSALIDADE EM ARISTÓTELES

Após termos feito uma breve alusão à maneira como alguns dentre os pré-socráticos concebiam a causalidade, aprofundemos, então, na argumentação de Aristóteles sobre ela e como ele a define.

A causa pode ser definida como um “princípio que influi no ser de alguma coisa ou de que depende o ser da coisa ou o acontecimento de um fenômeno.” (SELVAGGI, 1988, p. 303). Neste sentido, pode-se afirmar que todas as causas são princípio, no entanto, nem todos os princípios são causas<sup>4</sup>.

Aristóteles rejeitou também a ideia de que há somente um princípio que seja responsável pela geração dos entes, e assim reprova alguns de seus antecedentes os quais deram início à filosofia, pelo fato de eles terem ignorado a causa eficiente e se deterem somente na causa material. O filósofo explica a causalidade distinguindo-a em quatro tipos, a saber: causa material, causa formal, causa motora e causa final (FINANCE, 1965).

Portanto, a metafísica de Aristóteles exige que cada um de nós conheça as causas. Não é simplesmente uma “causa” senão “causas”. Estas são as condições a priori para que o filósofo construa seu conhecimento sob uma estrutura lógica, também constituem um edifício no qual o conhecimento é construído. “Além disto, quem conhece as causas com mais exatidão, e é capaz de ensinar, é considerado em qualquer espécie de ciência **como mais filósofo.**” (ARISTÓTELES, 1973, p. 213, grifo nosso).

Assim, o filósofo é aquele que entende as causas, que as conhece, e por isso, é mais apto para ensinar. Efetivamente, sem o uso delas não se pode conhecer nada. Mas, não se trata de qualquer causa, de qualquer ciência<sup>5</sup>.

Dessa forma, conhecer a causa é conhecer o porquê que explica a necessidade de a coisa ser como ela é; de sua existência, visto que todos os seres presentes na natureza não têm em si mesmos a razão suficiente. Em outras palavras, no mundo os seres são contingentes e não conseguem explicar o motivo de sua existência, necessitando de um princípio que seja exterior a si que deve ser responsável pelo seu ato de ser (ou existência).

---

<sup>4</sup> Quando dizemos que todas as causas são princípios, mas nem todos os princípios são causas, significa que estes (princípio da não contradição, princípio de identidade e do terceiro excluído) não causam efeitos nas coisas. Eles procedem de qualquer modo, sem incluir um influxo positivo no ser do procedido, ou seja, há neles uma natureza cuja operação é diferente das causas; e assim como estas, não estão sujeitos à demonstração empírica, pois são autoevidentes. Esses princípios são fundamentais para o conhecimento, são as raízes da inteligibilidade (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

<sup>5</sup> Aristóteles está consciente de que a ciência que deve ser adquirida é das causas primeiras: “Portanto, é preciso adquirir a ciência das causas primeiras. Com efeito, dizemos conhecer algo quando pensamos conhecer a causa primeira.” (ARISTÓTELES. *Metafísica*. I, 983<sup>b</sup>, 25).

O pensamento e a vontade do filósofo é que todos não fiquem simplesmente na imanência, quer dizer, na experiência sensível, mas convidando-os a transcender o mundo empírico para construir um saber sistemático, não desprezando, evidentemente, o sensível, mas ultrapassando-o. De fato, é próprio do intelecto humano conhecer através dos entes materiais, marcados de acidentes, a essência das coisas.

Apesar de o conhecimento sensível e o intelectual não serem a mesma coisa, eles não devem ser separados, pois entre o conhecimento sensível e o intelectual há distinção, mas não separação; existe unidade, mas não identificação.

Dessa forma, ambos os conhecimentos são necessários ao homem para adentrar nas diversas realidades<sup>6</sup>. Mas o que significa realmente cada uma dessas causas? É o que veremos no próximo tópico.

## 2.2 O SISTEMA DAS QUATRO CAUSAS

Aristóteles (apud ANGIONI, 2009, p. 48) no livro dois da Física quando fala sobre as causas dá várias definições, a saber:

Assim, de um modo, denomina-se causa o item imanente de que algo provém [...]; de outro modo, denomina-se causa a forma e o modelo, e isso é a definição do “aquilo que o ser é”. [...]. Além disso, denomina-se causa aquilo de onde provém o começo primeiro da mudança ou do repouso. [...]; denomina-se causa como fim, ou seja, aquilo em vista de quê. [...].

Analisando esta citação, deparamos claramente com o conceito das quatro causas: material, formal, eficiente ou motriz<sup>7</sup> e final. As duas primeiras são consideradas intrínsecas, pois, são o princípio interno da coisa causada. Por conseguinte, as duas últimas são externas, ou seja, significa que o princípio é exterior à coisa causada.

A causa material refere-se ao sujeito, a matéria, ou simplesmente, de que uma coisa é feita, constituída (SELVAGGI, 1998). Ela se caracteriza como princípio potencial passivo, tendo a capacidade de ser atualizada, por isso, atribuímos também a expressão indeterminada ou até mesmo informada (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

---

<sup>6</sup> Aristóteles muitas vezes é apresentado como empirista. No entanto, não entendamos o termo “empirista” no sentido moderno, pejorativo no qual reduz todo conhecimento à mera experiência (que iremos ver mais adiante). Aristóteles reconhece que a essência se encontra nas coisas particulares (CHAUÍ, 2000) que Platão discordara - E o homem, uma vez as conhecendo, dá um salto qualitativo, ou seja, do ente particular fica com o conceito universal. Este não é aceito pelos empiristas modernos (Ibid.). Além disso, deve-se entender o contexto de Aristóteles, compreender como foi sua época.

<sup>7</sup> A causa eficiente conforme Reale (2003) também pode ser chamada de causa motriz.

Por outro lado, para que seja informada dependerá de um agente externo para atualizá-la. Com efeito, “não é o substrato que provoca mudança em si mesmo.” (ARISTÓTELES. *Metafísica*. I, 984<sup>a</sup>, 20), ou seja, a potência passiva deverá ser atualizada por uma potência ativa que pode ser exterior ou interior ao ente (FILHO, 2000). Então, precisa-se de um agente externo ao ente para ser responsável pelas modificações deste.

Verdadeiramente é inconcebível que, por exemplo, a madeira possa ser a causa de suas próprias modificações, não é a madeira que faz a mesa, mas é outro princípio exterior a si. Logo, precisa procurar outro princípio que seja responsável pela origem do movimento. Esse princípio é como foi exposto anteriormente, a causa eficiente (SELVAGGI, 1998) a qual é responsável pelo movimento, é o princípio que faz surgir a forma na matéria (FILHO, 2000).

Por isso, quando falamos de causa eficiente, de sua ação, é significativo explicar como ela se realiza. Esta ação pode ser realizada de dois modos: emanção e participação. A primeira consiste “na transferência de qualquer coisa do agente ao paciente [...]” (SELVAGGI, 1998, p. 305), como, por exemplo, a nascente causa o rio, emanado água que se transfere da nascente para o próprio rio<sup>8</sup>.

Já a causalidade por participação, o “efeito participa, toma parte “na” perfeição da causa e não toma uma parte “da” perfeição da causa” (Ibid., p. 305). Aqui, ainda segundo Selvaggi (1988) é a mais importante porque acrescenta algo de novo, enquanto a outra não. Por exemplo: o professor é causa eficiente por participação do conhecimento do aluno. Este toma parte no conhecimento do professor e não do conhecimento dele. Decerto não houve alteração no conhecimento do professor, mas algo novo foi produzido no aluno.

Quanto a causa formal equivale à essência ou à forma: “A causa formal identifica-se com efeito à forma enquanto a forma explica as propriedades que dela decorrem necessariamente [...]” (CHÂTELET; BERNHARDT; AUBENQUE, 1973, p. 143). Em outros termos, a causa formal diz o que a coisa é, e sem a intervenção dela os entes não existiriam, porque ela é necessária para atualizar a matéria.

Se para conhecer um determinado ente é necessária à compreensão das causas, podemos dizer que dentre elas, destacar-se-ia a formal, pois é esta que atinge o conceito, que é universal, diz-me o que a coisa é: isto é uma casa, isto é um homem, etc.

Entretanto, resta-nos agora saber o que significa a causa final. Esta se pode conceber como o fim que tende o agente, o objetivo pelo qual ele foi impulsionado a realizar tal ação:

---

<sup>8</sup> É importante compreendermos que as noções de causa eficiente por emanção e por participação, não são conceitos propriamente de Aristóteles. Essas noções foram elaboradas, em muitos séculos depois, por um de seus intérpretes, o filósofo Filippo Selvaggi. (Cf. SELVAGGI, 1998, p. 305).



“A causa final é aquilo em vista do qual algo se faz (*id cuius gratias aliquid fit*), é dizer, aquilo pelo qual o agente se determina a operar, a meta a que tende com suas operações [...]” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001, p. 241).

Percebe-se que a causa final está intrinsecamente relacionada com a causa eficiente. Existe entre ambas um elo ontológico que nos faz compreender que uma depende da outra, de fato, é inadmissível falarmos de um fim sem mencionar um agente que o projetou. Em outras palavras, se presenciarmos na natureza a existência de um plano, de uma ordem, conseqüentemente há uma mente que seja responsável por isso.

Dessa forma, só podemos entender a causa final quando se tem a ideia ou noção de uma causa eficiente, ou seja, de uma mente organizadora a qual deu início ao movimento fazendo introduzir a forma na matéria e uma vez realizada tal ação é direcionada sempre a um fim. Negar esta realidade é um contrassenso, porque não se concebe que qualquer ente possa ter em si mesmo a razão de ser.

Além desses quatro gêneros causais, Aristóteles (apud ANGIONI, 2009, p. 270) definiu causa no segundo livro da física como “[...], aquilo que é concomitante e seus gêneros [...]” Por exemplo, quando falamos “professor por concomitância”, significa que não é apenas enquanto professor, mas enquanto é também outra coisa. O carpinteiro em si mesmo é a causa da mesa, mas o professor também o é, porém por concomitância, pois é atributo de alguém que é professor ser também carpinteiro.

Todavia, a distinção dos quatro gêneros de causas ainda não é determinação das causas primeiras, além disso, em cada gênero não pode remontar ao infinito na série de causa, pois nesse caso não haveria nenhuma causa eficiente que explicasse a existência das coisas. Então, “haverá uma causa primeira material do homem, uma causa primeira formal, uma causa primeira motora e uma causa primeira final.” (BERTI, 2012, p. 107).

No caso das causas materiais têm como causa primeira os cinco elementos fundamentais: terra, água, fogo e o éter. Este constituiria a matéria das substâncias celestes e não estão sujeitos à geração e a corrupção. De acordo com Enrico Berti, Aristóteles disse: “Não há nenhum ente que funcione como causa primeira material de tudo, mas as causas primeiras no gênero da causa material são os cinco elementos.” (Ibid., p. 108).

Referente à causa formal, a determinação da causa primeira é efetuada não remontando das causas próximas, mas procurando determinar qual é a causa próximas de cada coisa: “A causa formal primeira de uma substância será, pois, a sua diferença específica, isto é, o aspecto que lhe determina a espécie, distinguindo-a de todas as outras.” (Ibid., p. 109).

Já para a causa final não existe uma causa primeira: “Portanto, não existe causa primeira que funcione como fim comum para todas as coisas, mas cada espécie de substâncias tem o seu próprio fim, que é a realização completa da própria perfeição.” (Ibid., p. 110). Não obstante, quando se refere à causa eficiente, tem que necessariamente existir uma Causa Primeira que seja responsável por todas as ações visto que não se pode conceber que elas sejam infinitas.

Enfim, se conhecer uma coisa é conhecê-la por suas causas, e uma vez, se admitindo o processo *ad infinitum*; tornar-se-ia impossível conhecer seja o que for. Ou como diz Aristóteles: “Mas os que defendem o processo ao infinito não se dão conta de suprimir a realidade do bem.” (ARISTÓTELES. *Metafísica*. II. 994<sup>b</sup>, 10-15).

É neste contexto, que surgirá ideia do Primeiro Motor Imóvel que é a causa eficiente primeira e radical de todo movimento presente no universo. Seria a causa causante incausada. Dele provém todo movimento, mas não é movido por ninguém. A fórmula: “Tudo o que se move, é movido por outro.” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001, p. 201) foi considerada como a primeira fórmula do princípio de causalidade, ou seja, a impossibilidade de que o que está em potência dê o ato a si mesmo. Refere-se à irreduzibilidade absoluta entre potência e ato (Ibid., p. 201).

De certo, quando se analisa o mundo, percebe-se que as coisas se movem, e elas não podem ser simultaneamente e no mesmo aspecto, moventes e movidas; porque estaria ferindo o princípio da não contradição<sup>9</sup>. Assim um determinado ente em um aspecto é movido por um movente, depois ele passa a ser o movente de outro ente, para ajudar este na passagem da potência ao ato.

Porém, quando dizemos que o movimento é a passagem da potência para o ato, entendamos que, para que isso ocorresse, houve um ser que estava em ato; ou seja, no processo do conhecimento o ato tem que vir primeiro para garantir a passagem, ele é anterior à potência (FINANCE, 1965).

Por isso, que noção de causa automaticamente nos levar a de movimento<sup>10</sup>. É importante compreendermos essa relação entre ambos, pois muitas vezes entendemos o movimento só no sentido de movimento local. Deveras, se o compreendermos dessa forma,

<sup>9</sup> O princípio da não-contradição também conhecido como princípio da contradição significa que uma determinada coisa “não pode ser e ser simultaneamente e no mesmo aspecto.” (CHAUÍ, 2000, p. 73).

<sup>10</sup> Diante dessa realidade inquestionável - movimento no mundo - podem-se admitir duas opções: ou afirma esse jogo de movente e movido até o processo *ad infinitum*, entretanto, admitindo isso, afirmaria que o movimento existe; contudo, não pode ser explicado, e além de ferir a natureza do bem, pois não conseguiria conhecer nada. Ou que, nesse jogo para que o movimento tenha iniciado, teve que existir um ser só em Ato, Imóvel que seja causa de todo móvel, como havia dito o grande Aristóteles (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

estaremos afirmando que uma pedra que cai está viva, porque se move de um lugar para outro enquanto uma flor que se encontra num vaso não está viva, visto que ela aparentemente não se move.

Sendo assim, o movimento pode ser definido também como o ato do ente em potência enquanto potência. Doutra modo, é uma ação imanente a qual um determinado ente atualiza suas próprias potências, porque faz parte de sua essência, de sua estrutura ontológica. Quer isto dizer, que essa ação modifica interiormente o ente sem nenhum efeito exterior, por isso imanente: “permanece em” (Ibid., p. 391) ao contrário numa ação transitória o ente necessita de agente externo a si para ajudá-lo atualizar suas potências; por isso transitória: transita, “passa do agente ao paciente.” (Ibid., 391).

Agora, pode-se entender que a causa material como sendo intrínseca precisa de um agente externo, ou seja, de uma causa eficiente para atualizá-la. Assim, acontece com a madeira que para tornar-se tal mesa tem que ter a intervenção do carpinteiro, sem o qual ela não existiria, pois não poderia fazer-se a si mesma.

Tratando-se, ainda, da causa final ou à noção de *Telos*, conforme Aristóteles (apud ANGIONI, 2009, p. 261) pode ser entendida ao menos de dois modos: “[...] como *escopo* da ação ou da produção [...]” que se refere à argumentação acima, ou seja, em vista de que a pessoa agiu; ou como “[...] perfeição intrínseca á qual nada mais é preciso acrescentar.” (Ibid., p. 261), que seria a ideia de que a coisa está completa, acabada.

No entanto, isso não significa que uma mesma e única coisa não possa ser fim e acabamento. Elas podem, embora em aspectos diferentes, mas interligadas, como por exemplo, um carpinteiro quando pensa em construir uma mesa, e no primeiro momento, ela se apresenta como projeto a ser realizado, pois se encontra somente em sua mente - é a causa final, mas também como acabamento, uma vez construída.

Assim, seguindo esse raciocínio a finalidade pode ser intrínseca, se o agente tender ao fim da operação segundo a forma natural, que é uma perfeição, ou extrínseca, se tender a uma operação segundo a forma adquirida (Ibid., p. 261).

Notemos, então, que a causa final é muito importante para entendermos que tudo no cosmos tem uma finalidade mesmo às coisas inanimadas; estas operam por um fim como uma flecha disparada pelo arqueiro que tem como finalidade atingir o alvo.

Diante do sistema das quatro causas podemos levantar um questionamento: Todos os entes têm necessariamente as quatro causas? De antemão, deve-se compreender que: “Tudo o que não sempre foi, se começa a ser, necessita de algo que seja causa de seu ser.” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001, p. 201).

Isso significa que tudo que existe tem uma causa, um motivo. Certamente, uma coisa é afirmarmos que algum ente não tenha todas as causas; outra é dizermos que ele não tenha nenhuma, que é absurdo. O próprio Aristóteles (apud ANGIONI, 2009, p. 263) reconheceu que tem coisa que não contém as quatro causas: “Para alguns fatos, alguma dessas causas pode faltar: não há causa final para o eclipse [...], nem para certos fatos nas matemáticas [...].”

Logo, como se argumenta que alguma coisa pode vir a faltar alguma causa, pode-se dizer que existem várias causas para uma mesma coisa, todavia não por concomitância. Por exemplo, tanto a arte de esculpir como o a madeira são causas da cadeira não enquanto ela é outra coisa, mas enquanto cadeira, embora não do mesmo modo; uma é como a matéria - que seria a causa material - e a outra como aquilo de onde provém o movimento: a causa motriz.

Portanto, com a noção destas causas, percebemos que por trás delas existem quatro perguntas às quais nos ajudam identificar cada uma delas. A primeira é: De que a coisa é feita? Refere-se à causa material. A segunda: Quem a fez? Corresponde à causa eficiente. A terceira: O que ela é? Levando-nos a noção causa formal e a última: Para que foi feita? Esta nos faz deparar com a causa final pela qual o agente foi impulsionado a realizar uma operação. De fato, toda pessoa opera por uma finalidade. (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

### 3 NEGAÇÃO DA CAUSALIDADE EM HUME

Embora a causalidade seja uma verdade evidente ao intelecto humano (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001) ela foi negada por várias correntes filosóficas dentre elas, destaca-se o Empirismo o qual consiste segundo Antônio Joaquim, numa “teoria epistemológica que a firma a radical derivação, direta ou indireta, de todo conhecimento da experiência sensível, seja ela interna ou externa.” (JOAQUIM, 2007, p.108).

Dessa forma, essa corrente filosófica além de reduzir todo conhecimento ao nível do sensível afirma que somente através da experiência o homem pode adquirir o conhecimento racional, com seus princípios e ideias (CHAUÍ, 2000).

Em outras palavras, para essa linha de pensamento todo conhecimento provém unicamente da experiência e não conhecemos as coisas em si mesmas; não se conhece a árvore enquanto árvore, ou seja, sua essência que é universal e por isso se pode atribuir a todas as árvores, mas somente o que os sentidos veem; o que estes nos dizem dela: sua cor, seu tamanho, sua espessura. Não aceita o ente na sua universalidade, mas somente na sua singularidade.

O grande problema é que a pessoa humana nunca será capaz de ter conhecimento universal e verdadeiro das coisas, visto que somente para essa filosofia o particular é necessário; e com apenas o acumular quantitativo é capaz de diferenciar uma coisa de outra. Por isso, que David Hume diz que a “razão é o hábito de associar ideias, seja por semelhança, seja por diferença.” (Ibid., p. 89).

Deste modo, esse empirista nega a causalidade explicitamente em sua obra: “Investigação sobre o entendimento humano”. Esta negação “é consequência da redução de todo conhecimento à mera sensação e, radicalmente, à mera sensação externa.” (SELVAGGI, 1989, p. 308).

Para ele a causalidade é uma pura crença que foi derivada do hábito de vermos as coisas acontecendo da mesma maneira num determinado tempo; e o problema consiste no fato de as pessoas acreditam nela. Ela não passa de uma imaginação projetada pela mente devido às sucessões de fenômenos, algo subjetivo e por isso desprovida de caráter racional. Joseph De Finance (1965, p. 354) explica como Hume a concebe:

Assim, o princípio de causalidade está desprovido de necessidade lógica. É simplesmente fruto de um hábito mental, de uma associação de ideias. A força de ver que certos fenômenos se sucedem de uma maneira constante, acontece que a percepção de um evoca em nós a ideia de outro, com essa vivacidade particular que constitui para Hume a crença.

Portanto, o pensamento dele é que a existência de uma coisa só pode ser comprovada mediante a constatação de fatos e no que tange a causalidade é impossível conhecê-la, pois ela é muito enigmática, porque em nome desse princípio o qual afirma que todas as causas produzem os mesmos efeitos<sup>11</sup>, ou que a ebulição é a causa do aquecimento, o homem acaba ultrapassando a experiência imediata. É de qual maneira quando colocamos a água no fogo sabemos que vai ferver, que ao colocarmos uma barra de gelo no sol se degelará. (BERKELEY, 1980).

Hume diria que isso acontece porque as ideias de ebulição, de solidificação sempre estiveram presentes nas experiências das pessoas e essas associações transformaram-se em hábitos, ou seja, a experiência comprova que fazendo tais procedimentos acontecerão tais fenômenos. Contudo, todo raciocínio experimental, pelo qual do presente se conclui o futuro: a água vai ferver, a barra de gelo vai degelar e o copo que cai vai quebrar repousa nesse princípio de causalidade e não tem veracidade (Ibid.).

O argumento é que você não pode ter convicção de que uma coisa vai acontecer do mesmo jeito, porque qualquer coisa pode produzir qualquer coisa; espera-se o acontecimento; e assim pode afirmar: a água ferveu! O copo quebrou-se! Assim, afirma: “Quando se vê um copo cair, não se deduz logicamente que ele vá quebrar; espera-se, porém, que isso aconteça e, sobretudo, acredita-se firmemente que isso vá ocorrer em seguida.” (Ibid., p. 129).

Se tanto para Aristóteles quanto para os escolásticos, o princípio de causalidade tem um teor ontológico, uma realidade metafísica, sem a qual não podemos conhecer nenhum ente, visto que ele se funda no ser; para Hume esse princípio não tem validade objetiva e a ideia que se tem dele é devido ao peso do hábito e da expectativa, mas estes não têm fundamentos racionais; “o intelecto jamais poderá encontrar o efeito na suposta causa, mesmo pelo mais acurado estudo e exame, porquanto o efeito difere radicalmente da causa, e por isso não pode de nenhum modo ser descoberto nela.” (Ibid., p. 145).

A causalidade seria, então, para esse filósofo uma projeção psicológica na qual não há nenhuma evidência experimental, e, portanto, não podemos conhecê-la, porque só podemos conhecer o que estar sujeito à experiência. Além do mais, o fato de uma coisa vir antes ou depois não significa que a anterior seja causa dela. Ao contrário, a ideia de causa é devido a

---

<sup>11</sup> O princípio de causalidade se expressa na seguinte forma: Toda causa produz um efeito semelhante a si, ou seja, significa que nenhuma causa pode produzir um efeito superior a si mesma. (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

qualquer fenômeno que acontecera seguido por outro, fazendo com que a mente pense que eles estão ligados:

O fato de um fenômeno ser sempre seguido por outro, no tempo, faz com que os dois sejam relacionados como se houvesse conexão causal entre eles. Causa e efeito, enquanto impressões sensíveis, não seriam mais que o anterior e o posterior de uma sucessão temporal, transformados em elos de uma vinculação necessária. Isso ocorre subjetivamente e seu fundamento encontra-se no sentimento de crença, algo muito diferente dos processos intelectuais de inferência lógica. (Ibid., p. 129).

Nesta citação, é notório que a causalidade não possui para o filósofo em questão nenhum aspecto racional, nem sequer existe uma conexão entre causa e efeito por mais que se faça um exame minucioso. E se o realizar descobriria nada mais do que um evento acompanhado de outro. “Se analisamos a nossa experiência, diz Hume, não achamos mais que uma sucessão de fenômenos e nunca vemos nenhum influxo causal que daquilo que chamamos causa passe ao que damos o nome de efeito [...]” (SELVAGGI, 1988, p. 308).

Para sustentar essa ideia de que não há nenhuma relação entre causa e efeito, ele dá um exemplo do choque entre duas bolas de biliar. A explicação dele é que o impulso de uma bola de biliar é seguido pelo movimento na segunda bola, mas isso aparece somente aos sentidos externos, enquanto a mente não experimenta nenhuma impressão interna dessa sucessão de objetos, dessa forma, não conseguimos nunca descobrir qualquer conexão necessária entre causa e efeito, não existe nem se quer qualidade que ligue o efeito à causa.

A causalidade também foi negada por George Berkeley em sua obra “Tratado sobre os princípios do conhecimento humano”, ele disse que, as ideias não são causais e quaisquer, há nelas ordem e conexão, como de causa e efeito. A ideia dele é que, a conexão das ideias não implica a relação de causa e efeito, mas somente a de um sinal da coisa significada. O fogo que vejo não é a causa da dor sentida se me aproximar, mas o sinal para me acautelar dele, conclui o filósofo (BERKELEY, 1980).

Portanto, percebe-se tanto em Hume quanto em Berkeley que o intelecto humano é impotente para conhecer a causalidade e tampouco a relação causa-efeito. Isso se explica pelo fato de o empirismo aceitar como verdadeiro somente o que constatável pela experiência sensível, e como a causalidade não está sujeita à ela, logo, é ignorada.

No entanto, um questionamento pode ser levantado: se o filósofo Hume reduz todo conhecimento à experiência e só é verdadeiro o que se pode comprovar por meio desta, sem

separar-se das condições subjetivas do sujeito cognoscente, como chegar a um conhecimento Universal que seja legítimo, válido para todas as épocas sem nenhum parâmetro?<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Hume, de fato, radicaliza o empirismo ao passo de negar todas as preposições de cunho metafísico, e assim negando-as, nega-se também toda abertura ao Transcendente. Será que não existem, neste mundo, Verdades Universais, que embora não palpáveis, o nosso intelecto não seja capaz de conhecê-las? Ora, sabemos que todo conhecimento que temos em nosso intelecto passou primeiro pelo sensível: “nada há no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos.” (AGUILAR, 1999, p. 75); todavia, vai além deste. Além disso, o homem não só consegue abstrair conceitos de coisas materiais: casa, carro, mesa...., mas consegue também formular conceitos de coisas imateriais: bondade, amor, justiça, causalidade. Isso se explica, porque o homem tem uma inteligência, que é intrinsecamente independente da matéria, ou seja, espiritual, e por isso não se pode reduzi-la ao âmbito empírico. O homem, com seu intelecto, abstrai a essência das coisas elabora conceitos universais (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).



#### 4 CRÍTICA A DAVID HUME

De antemão, devemos compreender que existem Verdades Universas que são indubitáveis às quais não dependem do homem: o fogo queima, os seres vivos morrem, necessitamos de alimentação à reprodução.

Portanto, é nesta linha de raciocínio que afirmamos o valor ontológico do Princípio da Razão Suficiente<sup>13</sup> ou da Causalidade no qual diz que tudo que existe tem uma causa, um motivo de sua existência; e conseqüentemente um fim a realizar, pois como disse Cícero (apud FINANCE, 1965, p. 349) “não há nada de mais vergonhoso como dizer que algo pode produzir-se sem causa.”

Ademais, presenciamos no cosmos uma ordem nos distintos seres vivos, a saber: animais, vegetais e no próprio homem. Estes operam de acordo com sua natureza que é intrínseca a essência de cada um, pois como bem diz Santo Tomás de Aquino (apud SELVAGGI, 1988, p. 329) “todos os agentes naturais não produzem qualquer efeito ao acaso, mas tendem sempre a um mesmo termo, que é determinado pela própria natureza do agente.”. Por outras palavras, os entes materiais são determinados por sua natureza, que se sustenta na forma substancial. Eles produzem uma determinada ação com o mesmo efeito.

O fato é que, embora, o princípio da razão suficiente esteja presente em todo cosmos, ele não se submete à demonstração empírica, pois é evidente à razão. Contudo, isso não nos leva a deduzir que ele não seja válido ao conhecimento humano, como pretendeu Hume. Esse princípio é objetivamente válido, pois se funda no ser, e este é a raiz de toda inteligibilidade. Verdadeiramente, a nossa inteligência só pode conhecer o que é, o que existe; no entanto, isso não implica que tais coisas só existem se estão no plano empírico.

Entende-se que quanto mais uma coisa é imaterial é inteligível em si mesma, favorecendo assim ao intelecto. Este tem a capacidade de apreender a essência que nossos sentidos não conseguem. Por isso, que os entes que são mais perfeitos são mais inteligíveis em si mesmos<sup>14</sup>, por outro lado, nosso intelecto é limitado e não podemos esgotar a inteligibilidade desses seres, porém isso não nos leva a deduzir que eles não existam, pelo simples fato de não serem demonstrados pela experiência sensível (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

---

<sup>13</sup> O princípio da razão suficiente é o mesmo que o da causalidade, ou seja, tudo que existe tem uma causa, um motivo, nenhum ente é causa de si mesmo (CHAUÍ, 2000).

<sup>14</sup> Aqui podemos destacar Deus assim como toda sua realidade criada, que é espiritual.

Percebe-se então, que a raiz do conhecimento é a imaterialidade ou em outras palavras, a inteligibilidade requer imaterialidade. É neste prisma que devemos entender o princípio da causalidade que se faz presente em todo cosmos nos diversos fenômenos de ação e reação:

Perceber a causalidade, de todos os modos, não significa compreendê-la exhaustivamente; conhecemos que existem causas e que significa causar, mas nem por isso temos uma ciência perfeita da causa. Ocorre aqui algo parecido ao que sucede com o ser das coisas, no que a causalidade se funda: se trata de uma realidade profunda, e a imperfeição de nosso entendimento impede esgotar sua inteligibilidade. (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001, p. 199-200).

Evidentemente, não conseguimos compreender claramente a causalidade, visto que a mesma vai além de nossa capacidade intelectual<sup>15</sup>. Ela sobressai também toda dimensão sensível, mesmo que se manifeste nela através dos fenômenos de causas e efeitos os quais estão intrinsecamente unidos a ponto de afirmarmos que ambos se requerem mutuamente; e de não poder entender um sem o outro. Todavia, ao entendermos a causalidade não apreendemos isoladamente as noções de causa e efeitos, mas um mútuo e inseparável vínculo entre eles.

Mas, pelo fato de não comprovarmos empiricamente as causas, não devemos ignorá-las, porque os que a rejeitam, não esclarecem como se dar à existência das coisas sem intervenção de um princípio, partindo do pressuposto que nenhuma realidade criada é causa de si mesma.

Ainda mais, é absurdo admitir que um ser contingente seja causa de si mesmo. O ser contingente é o ser que existe, mas poderia não existir. Se poderia não existir, não existe necessariamente, ou seja, não existe em virtude de sua essência, não se autoexplica, ou ainda a sua existência não faz parte de sua essência. Ora, se não existe em virtude da própria essência, existe em virtude de outro ser. Logo, existir em virtude de outro é ter nele a sua causa, sua razão de ser, ou seja, só veio à existência por causa dele.

Por isso, que tudo que começa tem uma causa, ou seja, o que não possui um determinado ato não é capaz de fazer-se a si mesmo, a não ser por um determinado influxo de outro que já goze dele. É inadmissível à razão, exemplificando, não só que um tijolo faça a si

---

<sup>15</sup> Percebemos também, aqui, a presença de nossa hipótese geral. Esta que vem sustentando todo nosso discurso; ela se expressa desta forma: “A existência da causalidade no mundo físico é uma verdade evidente que não se submete a experiência sensível (*per se nota*), todavia, a imperfeição de nosso intelecto impede esgotar sua inteligibilidade” (ALVIRA; CLAVELL; MELENDO, 2001).

mesmo, mas que ele atualize suas próprias potências, a não ser pela intervenção dum outro princípio exterior a si, neste caso se pode dizer do pedreiro, que seria sua causa eficiente.

Então, percebe-se que nada é causa de si. E que “tudo o que é contingente necessita uma causa.” (FILHO, 2000, p. 32), pois é notório que os entes providos de matérias estão sujeitos à corrupção, se desvanecem.

Mas, pelo fato de esse princípio ser autoevidente à razão, não podemos submetê-lo à experiência, no entanto, podemos afirmá-lo conforme Selvaggi (1988, p. 310) “como um dado da experiência direta.” Esta nos certifica cotidianamente, principalmente através dos sentidos do tato e da visão que inúmeros fenômenos acontecem e não são desprovidos de conexão lógica.

Desta maneira, causa e efeitos não são puras quimeras ou hábitos presentes na mente devido aos acontecimentos que se deram sucessivamente e do mesmo jeito, como dizem os empiristas. Percebemo-los, por exemplo, num simples ato de empurrarmos qualquer objeto; certamente nesta ação temos a clara e evidente percepção de que o movimento dele depende ontologicamente de um ser exterior a ele ou neste caso de nós.

É inegável que a toda ação humana se funda neste influxo causal. Assim, a causalidade é uma exigência da razão; ela se faz necessário para construir qualquer conhecimento. E, mesmo que os sentidos não consigam retirar da experiência esse conceito, o intelecto o abstrai, tal precioso conceito: “[...] quando a causa não é manifesta na experiência, deve ser afirmada pela razão.” (Ibid., p. 314).

Se estivermos passando por um determinado lugar e nos depararmos com um grande estouro, automaticamente a nossa razão quer procurar a causa de tal fenômeno, nossa reação seria: O que aconteceu?! O que foi isso?! Ora, procurar o motivo de algo é procurar sua causa.

Afinal, negá-la é negar explicitamente toda validade da ciência<sup>16</sup>, pois esta trabalha com pressupostos que existem causas para tudo que por mais que não sejam de cunho metafísico, é incapaz de se separar dela.

---

<sup>16</sup>É importante compreendermos que o conceito de causalidade para a metafísica não é o mesmo que para a ciência. Esta diz que a causalidade se determina pela sucessão, regularidade, ou seja, preocupa-se simplesmente para saber “como” as coisas funcionam; e não se pergunta: Mas por que funcionam dessa forma? Além disso, quando a ciência faz esse questionamento fica somente na causa material. Não há, portanto, um aspecto qualitativo, mas somente quantitativo. Enquanto para aquela (metafísica), não há somente uma sucessão, senão sucessão e comunicação. Em outras palavras, a causa doa, comunica parte da sua realidade com o efeito, ou seja, causas e efeitos são reativos (no sentido que estão relacionados). É a busca não só do como, mas do “por que”. No entanto, Selvaggi explica (1988) com os exemplos que vimos anteriormente que até no nível físico ou material percebemos a presença da causalidade como algo objetivo e não ficção. Quer queira ou não a ciência acaba fazendo o papel do filósofo: investiga o porquê de tal efeito, ou seja, procura sua causa e negar esta realidade seria uma contradição.

Analisa também os fenômenos naturais buscando minuciosamente as respostas ou simplesmente as causas deles para depois formar as leis. Ela faz todo esse percurso com o objetivo de melhorias para as relações humanas. Assim, o médico quer descobrir a causa de tal doença que se manifesta num determinado paciente causando reações ou efeitos desagradáveis a ele.

E quando ele passa qualquer medicação, esta pode causar reações ou efeitos colaterais diversos no paciente tais como: sonolência, náusea, problemas intestinais, entre outros. Ora, é inegável que tudo isso foi devido à medicação. O paciente está totalmente lúcido, consciente de que não é fruto de sua imaginação, mas algo que ele mesmo pôde sentir.

Da mesma forma, a gravidade descoberta e explicada por Newton é a causa da estabilidade das coisas. A seleção natural é a causa da evolução das espécies encontrada por Darwin. Compreende-se, aliás, que esse princípio não é só objeto da razão, mas da própria ciência, porque como disse Giovanni Reale, “ora, para agir sobre a natureza é preciso conhecer as causas que podem exercitar uma determinada atividade, modificar o curso dos eventos e produzir os efeitos que se querem.” (SELVAGGI, 1988, p. 315).

Portanto, é somente através das causas que o homem pode usufruir da natureza, questioná-la e analisá-la, procurando respostas aos seus questionamentos. O método científico tem como elemento primordial a causalidade. Esta se encontra em todo cosmos e somente por ela o conhecimento pode ser construído. Contudo, esse princípio não depende do meio empírico, não se constata de forma direta. Todavia, isso não justifica que ele não exista, ou não seja útil. Decerto, a realidade não se reduz à visibilidade<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Isso implica dizer que, “A ausência da evidência não é a mesma coisa da evidência da ausência”, ou seja, pelo fato de não vermos uma determinada coisa - pela falta de evidência - não significa que esta não exista. Para os que acreditam que a realidade se reduz a visibilidade, ou a evidência empírica, estão destruindo a ideia de um bem, de um princípio gerador de tudo. Princípio este, que durante a história da Filosofia recebeu diversos nomes, a saber: Para Aristóteles Primeiro Motor Imóvel. Para o Doutor Angélico (Santo Tomás de Aquino), o Primeiro Motor Imóvel, o qual Aristóteles falara podemos chamar de Deus. Atenção! Por mais que a ciência diga que o mundo veio do Big-Bang, não explica nada, pois a pergunta fundamental prevalece: De onde ele veio? Pois, se não existia e passou a existir teve uma causa. Salientamos ao leitor, que o objetivo deste presente trabalho, não é chegar ao conceito de Deus como Causa Primeira de tudo. Queremos afirmar e defender a existência (inteligibilidade) da causalidade, que se encontra em todo cosmos. Enfim, basta transcendermos este mundo empírico - que podemos - para admitirmos essa existência, visto que o caos não explica nada.

## CONCLUSÃO

Durante nossa pesquisa, percebemos que a noção de causa não foi inventada especificamente por Aristóteles, mas sempre esteve presente no pensamento dos pré-socráticos. Estes que buscavam uma *arché*, um princípio que fosse responsável pela geração de todas as coisas, sejam estas animadas ou inanimadas. Adentramos, então, no pensamento de alguns desses filósofos e esclarecemos como estes concebiam a causalidade. Notamos que uma grande parte deles se deteve somente na causa material, como disse o próprio Aristóteles (ARISTÓTELES. *Metafísica*. I, 983<sup>b</sup>, 10).

Analisamos o conceito de causa em Aristóteles o qual a concebe como princípio que influi no ser de alguma coisa ou de que depende o ser da coisa; e expliquemos que para o filósofo todo conhecimento se dá por meio das quatro causas, a saber: material, formal, eficiente e final. Essas causas são o fundamento ao conhecimento, fazem com que o homem conheça as coisas.

Além disso, por meio delas, o homem adquire capacidades de compreensão da realidade. As duas primeiras (a material e a formal), são consideradas intrínsecas, porque são princípios internos da coisa. A causa material refere-se ao sujeito, ou seja, de que uma coisa é feita. A formal identifica-se com a essência, ela é a mais importante, pois me diz o que a coisa é.

As outras duas (eficiente e final) são extrínsecas, porque o princípio é externo a coisa. A causa eficiente é o princípio que faz surgir a forma na matéria, é o agente responsável pelo início do movimento. E a final corresponde a finalidade do agente ou simplesmente o motivo pelo qual lhe impulsionou agir.

Notamos também que neste mundo todos os entes são contingentes e, por isso, não têm em si mesmos a razão suficiente, dessa forma necessita de outro ente que seja causa de seu ser. Observamos que uma determinada coisa pode ter mais de uma causa, todavia não por concomitância. Ressaltamos também que nem todas as coisas têm as quatro causas, como por exemplo, não há causa final para o eclipse.

Entretanto, é bom deixarmos claro que uma coisa é afirmamos que um ente não tenha todas as quatro causas, outra é dizermos que não tem nenhuma, que é absurdo. Ora, tudo que existe foi causado, visto que nada é causa de si mesmo.

Além disso, explicamos que a causalidade não é um conceito subjetivo, algo derivado da experiência sem conteúdo racional, fruto dos hábitos, como pretendeu o empirista Hume;

pelo contrário, esse princípio é verdadeiramente válido, pois se funda no ser e nossa inteligência só conhece o que é, o que existe.

Assim, afirmamos o valor dela, apoiados na hipótese geral do nosso trabalho, a qual diz que a “existência da causalidade no mundo físico é uma verdade evidente que não se submete à experiência sensível (*per se nota*), todavia, a imperfeição de nosso intelecto impede esgotar sua inteligibilidade”. Explicamos que, pelo fato de uma coisa não estar no âmbito da experiência, não significa que ela não exista, pois a realidade não se reduz a visibilidade.

Terminamos nosso trabalho salientando que a ciência negando a causalidade está negando a si mesma, pois esta trabalha com o pressuposto que existem causas para tudo. A verdade é que o homem é um perpétuo insatisfeito que explora a natureza para descobrir as causas dos fenômenos e depois produzir as leis. Portanto, a causalidade está presente em todo cosmos, é uma verdade evidente e não está sujeita à demonstração empírica. No entanto, quando a causalidade não é manifesta na experiência, como nos diz Selvaggi (1988) deve ser afirmada pela razão.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Afonso. *Gnosiologia: Conhecendo a Verdade*. trad. Seminário Maria Mater Ecclesiae do Brasil. São Paulo, 1999.

ALVIRA, Tomas; CLAVELL, Luis; MELENDO, Tomas. *Metafísica*. 8ª ed. Espanha: Eunsa.

ARISTÓTELES. *Física I - II*. prefácio, tradução, introdução e comentários: Lucas Angioni-Campinas: Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Metafísica*. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. v. II. trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. *Metafísica I - II*. v. IV. trad. direta do grego por Vincenzo Cocco e notas de Joaquim de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BERTI, Enrico: *Perfil de Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2012.

BERKELEY, George. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*; Três diálogos entre Hílas e Filonous em oposição aos cétricos e ateus; HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano: Ensaios morais, políticos e literários*. Traduções de Antônio Sérgio... et al. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

CHÂTELET, François; BERNHARDT, Jean; AUBENQUE, Pierre. *A Filosofia Pagã*. 2ª ed. Do século VI a.C. ao Século III. d.C. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

FINANCE, Joseph DE. *Conocimiento Del Ser: Tratado de Ontología*. Roma: Gredos, 1965.

FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. *Manual Esquemático de Filosofia*. São Paulo: LTr, 2000.

JOAQUIM, Antônio Severino. *Coleção Magistério: Série Formação Geral*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha pereira. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste, 1949.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiga e Idade Média*. 3ª ed. v. I. São Paulo: Paulus, 1990.

\_\_\_\_\_. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. 3ª ed.v.I. trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

SELVAGGI, Filippo. *Filosofia do Mundo: Cosmologia Filosófica*. 2ª ed. trad. Alexander A. MacIntyre. São Paulo: Loyola, 1988.